

Vanessa Vasconcellos é administradora de condomínios

CONDOMÍNIO
Saiba qual os papéis do administrador e do síndico



Imobiliário

www.atarde.com.br/classificados/imoveis

m.atarde.com.br/classificados

Luciano da Matta / Ag. A TARDE

Luciano Carcará / Ag. A TARDE



Descarte inadequado de itens não aproveitados na construção preocupa construtoras e transportadoras

COMO DESCARTAR ENTULHOS

Até 2 metros quadrados de RCC: o material deve ser levado ao Ecoporto Itaigara (Rua Wanderley Pinho, atrás do Hiperposto). O serviço é grátis

Acima de 2 metros quadrados: é preciso contratar uma empresa ou pessoa física cadastrada na Limpurb para fazer o transporte

Salvador produz 2.200 toneladas de entulho por dia

Reciclagem do resíduos de obras de construtoras ou de pequenas reformas feitas pelos moradores é opção recomendada pela Abrecon



Capital baiana só conta com um Ecoporto (Itaigara), mas há projeto para mais 16

GILSON JORGE
Somados os descartes de cada construção de prédio na cidade e das reformas que os soteropolitanos fazem por conta própria em seus imóveis, a capital baiana produz, diariamente, 2.200 toneladas de entulho, segundo dados da Empresa de Limpeza Urbana de Salvador (Limpurb).
O transporte desse material até o destino final, o Aterro Águas Claras Ambiental, tornou-se uma preocupação não apenas para os responsáveis pelas obras. Os profissionais que se dedicam ao transporte de entulho reclamam do aumento da concorrência no setor e pedem mais locais de descarte como o Ecoporto no Itaigara, único na cidade. A Limpurb anuncia que até 2020 haverá mais 16.

"Entre 50% e 70% dos resíduos sólidos das cidades são gerados pela construção civil

e se houvesse políticas públicas para esse material, os municípios poderiam economizar muito dinheiro", afirma Hewerton Bartoli, presidente da Associação Brasileira para Reciclagem de Resíduos da Construção Civil e Demolição (Abrecon), que reúne 32 empresas de reciclagem em sete estados, inclusive a Bahia.
Bartoli cita como exemplo de sucesso a cidade paulista de Jundiaí. "Com a reciclagem, o município economiza R\$ 1 milhão por mês. Recursos que podem ser usados em educação e saúde", afirma. Por outro lado, Bartoli cita como um mau exemplo os gastos com a capital paulista tinha com a fiscalização de pontos clandestinos de armazenamento de entulho. "A prefeitura (de São Paulo) aprendia 20 cambambas clandestinas por dia e gastava R\$ 8 milhões por mês com a fiscalização de depósitos clandestinos", diz Bartoli.

A Abrecon foi criada em 2011, pouco depois da criação da Política Nacional de Resíduos Sólidos. A associação conta 320 usinas de reciclagem nos estados em que está presente, mas Bartoli sente falta de políticas públicas que induzam as empresas do setor de construção civil a comprar o material reciclado. "As usinas estão sendo pouco aproveitadas, porque é difícil convencer os empresários a aderir", afirma.
Sobre os pequenos geradores de resíduos, o presidente da Abrecon considera que é preciso focar na implantação de ecopontos. Uma opinião compartilhada por profissionais que fazem carreto para transportar entulho de reformas em residências. "Há somente um ecoponto na cidade. Isso ajuda a deixar as ruas sujas", reclama Lucas Santana, que há três anos trabalha no setor.

Reflexo da crise

Santana, que pede uma solução, é parte do problema para pequenas e médias empresas do setor, que além do aumento da concorrência sofrem o impacto da redução da demanda, em função da crise na construção civil. Desde 2014, quando os lançamentos de prédios começaram a rarear, as transportadoras de entulho entraram numa espiral descendente. Caminhões foram vendidos, funcionários demitidos.
"De uma frota de 20 veículos, ficaram seis", afirma o empresário Estefano Alves, dono da Disk Entulho, empresa pioneira no mercado soteropolitano, que foi fundada há 30 anos. Alves acredita a decadência dos negócios às interrupções dos projetos de construção civil, após o início da Operação Lava Jato.
A Limpurb informou, atra-

vés de sua assessoria, que uma nova licitação será realizada para a construção de mais 16 ecopontos em Salvador até 2020. A escolha dos locais para a instalação dos ecopontos é definida em função da alta incidência do descarte irregular em vias públicas e da presença de terrenos de propriedade do município na região.
Ainda segundo a Limpurb, no município de Salvador, já foi elaborado um termo de referência para subsidiar o processo de elaboração do plano e agora está em fase de contratação da empresa que irá desenvolver o projeto.
O Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos é uma exigência da Lei 12.305, que determina que todo município deverá elaborar um plano contendo o diagnóstico, proposições e metas para a gestão dos resíduos sólidos para o período de 20 anos.

TIPOS DE RESÍDUOS

- Classe A** resíduos reutilizáveis ou recicláveis, como agregados, tijolos, blocos, telhas, placas de revestimento, argamassas, concretos, tubos, meio-fio, solos de terraplanagem etc;
- Classe B** resíduos recicláveis para outras destinações, tais como plásticos, papel/papelão, metais, madeiras etc;
- Classe C** resíduos ainda sem tecnologias ou aplicações economicamente viáveis para a sua reciclagem/recuperação, tais como os oriundos do gesso (tratamento pelo gerador);
- Classe D** perigosos, como tintas, solventes, óleos e outros, ou aqueles contaminados (tratamento pelo fabricante)

FONTE: POLI/USP E SINDUSCON-SP

Estudo recomenda reciclagem

Um estudo feito pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP) em 2014 apontou que as cidades brasileiras têm potencial de fazer dinheiro vendendo às empresas de construção civil brita e areia recicladas. A viabilidade desse negócio foi apontada a

partir de um experimento acadêmico realizado em São Paulo (SP), Macaé (AL) e Macaé (RJ). O estudo apontou ainda que dos 5.564 municípios brasileiros, apenas 79 possuíam alguma forma de reaproveitamento dos Resíduos de Construção e Demolição (RCD).

O trabalho foi desenvolvido pelo engenheiro Francisco Mariano Souza Lima, sob orientação do professor Arthur Pinto Chaves, do Departamento de Engenharia de Minas da Poli.
Instituída em 2 de agosto de 2010, a Política Nacional de

Resíduos Sólidos estabelece que as empresas da cadeia da indústria da construção civil tornam-se responsáveis pelos custos do gerenciamento dos RCDs desde a geração até o descarte final ou a reciclagem.
O Ecoporto é um local pen-

sado para facilitar o descarte de Resíduos da Construção Civil (RCC) e recicláveis. O espaço é destinado para o pequeno gerador, cidadão que gera uma quantidade de até 2 m³ de RCC - equivalente a 50 latas, 20 carrinhos de mão ou 45 sacos de aniagem. Atualmente,

esse material pode ser descartado no Ecoporto, localizado na Rua Wanderley de Pinho, no Itaigara. Não é necessário o pagamento de nenhuma taxa para o descarte. O Ecoporto recebe também materiais inservíveis, como sofás, geladeiras, armários e fogões.